

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Régis Alberto Rizzi de Oliveira

**ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTERAÇÃO NAS TAXAS DE JUROS DOS
PRODUTOS DE CRÉDITO SOBRE O NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA**

Porto Alegre

2012

Régis Alberto Rizzi de Oliveira

**ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTERAÇÃO NAS TAXAS DE JUROS DOS
PRODUTOS DE CRÉDITO SOBRE O NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Kirch

Porto Alegre

2012

Régis Alberto Rizzi de Oliveira

**ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTERAÇÃO NAS TAXAS DE JUROS DOS
PRODUTOS DE CRÉDITO SOBRE O NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Kirch

Conceito Final:

Aprovado em de de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. _____ - _____

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Kirch

Dedico este trabalho a minha família e aos meus amigos por estarem sempre ao meu lado apoiando, acreditando e torcendo por mim.

RESUMO

As taxas de juros do mercado de crédito brasileiro se destacam por estar entre as mais altas a nível mundial. Recentemente a fim de reverter um quadro de desaceleração da demanda por crédito, provocado principalmente pelo cenário externo desfavorável, o governo Dilma Roussef colocou em prática várias medidas destinadas a impulsionar o crescimento. Essas medidas acarretaram em uma redução na taxa de juros das operações de crédito cobradas pelas instituições financeiras. Os autores que defendem a teoria de assimetria de informações que disserta sobre os problemas de seleção adversa e risco moral afirmam que há uma relação direta entre a taxa de juros dos empréstimos e financiamentos e o nível de inadimplência das instituições financeiras. Dessa forma, o presente estudo visa averiguar se a recente redução verificada nas taxas de juros das no mercado de crédito impactaram no nível de inadimplência e na estimativa da projeção futura da inadimplência de seis instituições bancárias de grande representação no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Taxas de juros, assimetria de informação, seleção adversa, risco moral, inadimplência, crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

ABSTRACT

The interest rates of the Brazilian credit market stand out by being among the highest worldwide. Recently in order to reverse a picture of slowing demand for credit, mainly caused by unfavorable external scenario, the government Dilma Rousseff has put in place several measures to boost growth. These measures resulted in a reduction in the interest rate of loans charged by financial institutions. The authors argue that the theory of information asymmetry that he discusses the problems of adverse selection and moral hazard claim that there is a direct relationship between the interest rate on loans and the default level of financial institutions. Thus, this study aims to investigate whether the recent reduction in interest rates seen in the credit markets impacting the level of defaults and the estimation of future projection in default six banks large representation in the state of Rio Grande do Sul.

Keywords: Interest rates, information asymmetry, adverse selection, moral hazard, delinquencies, credit, allowance for doubtful accounts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1. Contextualização.....	07
1.2. Definição do problema.....	07
1.3. Objetivos.....	08
1.3.1. Objetivo geral.....	08
1.3.2. Objetivos específicos.....	08
1.4. Justificativa e contribuições.....	09
2. REVISÃO TEÓRICA.....	11
2.1. Sistema financeiro.....	11
2.2. Taxas de juros.....	13
2.3. Spread bancário.....	15
2.4. Inadimplência e provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	18
2.5. Informações assimétricas e o mercado de crédito.....	20
2.5.2. Seleção adversa e o mercado de crédito.....	21
2.5.3. Risco moral e o mercado de crédito.....	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
4. CONJUNTURA ECONÔMICA.....	24
5. ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	26
5.1. Banco do Brasil.....	26
5.2. Caixa Econômica Federal.....	28
5.3. Banrisul.....	29
5.4. Bradesco.....	30
5.5. Itaú.....	32
5.6. Santander.....	33
6. AVALIAÇÃO CONJUNTA DOS DADOS DOS BANCOS ANALISADOS.....	35
7. CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Historicamente, o Brasil é um país onde as taxas de juros vigentes no mercado financeiro são consideradas as mais altas a nível mundial. A taxa média do spread bancário brasileiro apresentou um patamar de 35,4% ao ano em 2010, ficando atrás somente do Zimbábue, segundo o estudo realizado pelo fórum econômico mundial. A recente política econômica adotada pelo governo de Dilma Rousseff visou alterar essa situação, dando início a um novo cenário econômico no Brasil. Na primeira semana de abril de 2012, as principais instituições financeiras estatais do país implementaram um conjunto de medidas que promoveram a redução das taxas de juros das principais linhas de crédito para pessoas físicas e para micro e pequenas empresas, impulsionando as demais instituições financeiras a lançarem pacotes semelhantes para manter a competitividade no mercado.

1.2. Definição do problema

Tendo em vista a teoria das informações assimétricas, a redução das taxas de juros nas operações de crédito tende a atrair ao mercado tomadores cujos projetos possuem menor risco, sendo assim, com todos os outros elementos constantes, a tendência é que reduzindo a taxa de juros das principais linhas de crédito seja reduzido, também, o nível de inadimplência das instituições financeiras assim como as suas projeções para o futuro.

Frente a esse cenário econômico e tendo conhecimento acerca da teoria de assimetria de informação e os problemas por ela proposto, o presente estudo tem por objetivo analisar o que ocorreu no nível de inadimplência das instituições bancárias, assim como o que ocorreu com as suas estimativas para provisões para créditos de liquidação duvidosa. Dessa forma, a seguinte questão é apresentada: A redução nas taxas de juros do mercado de crédito tem por consequência uma

redução no nível de inadimplência de suas operações como propõe a teoria de assimetria de informações?

Para responder essa questão são apresentadas três hipóteses que serão confrontadas no decorrer do estudo. Hipótese de número um: O nível de inadimplência no mercado de crédito, assim como sua projeção futura, tem uma relação direta com a taxa de juros das operações de crédito, dessa forma reduzindo a taxa de juros, o nível de inadimplência também reduzirá. Hipótese de número dois: Há uma relação indireta entre a taxa de juros das operações de crédito e o nível de inadimplência das mesmas, de modo que uma redução da taxa de juros ocasiona em um aumento no nível de inadimplência. Hipótese de número três: Não é possível relacionar uma a outra, ou seja, a variação na taxa de juros não tem influência sobre o nível de inadimplência das operações de crédito.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Verificar a variação ocorrida no índice de inadimplência e na provisão para créditos de liquidação duvidosa de seis instituições bancárias com forte representação no estado do Rio Grande do Sul, frente a um cenário de queda das taxas de juros aplicadas pelo mercado financeiro brasileiro.

1.3.2. Objetivos específicos

- Identificar e analisar as alterações ocorridas no volume de crédito das empresas já mencionadas.
- Identificar e analisar as alterações no nível de inadimplência e nas estimativas para as projeções para créditos de liquidação duvidosa das mesmas instituições.
- Confrontar os dados obtidos com a teoria de informações assimétricas.

- Realizar uma análise crítica frente às informações obtidas colocando em prova a teoria mencionada.

1.4. Justificativa e Contribuições

Sabe-se que a inadimplência é uma das principais fontes de preocupação das instituições financeiras. Conceder crédito para tomadores que poderão efetuar o pagamento do mesmo é o almejado pelos credores atuantes no mercado de crédito. As instituições bancárias estão buscando cada vez mais modos eficazes para analisar a concessão de crédito para empresas e pessoas físicas de modo que possam diminuir o nível de inadimplência de suas carteiras de crédito. Sabe-se, também, que o custo gerado pela inadimplência e pelo risco de crédito afeta diretamente o custo do crédito. A teoria de assimetria de informação apresenta um conceito de que a alteração na taxa de juros das operações de crédito impacta diretamente no nível de inadimplência das instituições financeiras. Diante do cenário de redução de taxa de juros vivido pelo Brasil desde abril do presente ano, o estudo visa verificar se a teoria possui aplicabilidade no mercado brasileiro. Essa informação se faz necessária para que se possa estimar o nível de inadimplência futura. Além disso, se comprovada a teoria, o estudo poderá fornecer subsídios para que sejam efetuadas estimativas futuras de provisão para créditos de liquidação duvidosa quando ocorrer uma variação na taxa de juros aplicada no mercado de crédito. Ainda, o estudo apresentará dados que podem ser aprofundados por pesquisadores da área. Dessa forma, as informações aqui contidas se fazem útil para analistas do mercado de crédito, bem como os analistas das instituições financeiras estudadas, além de pesquisadores e estudantes do ramo que buscam informações acerca do tema e que possam elaborar um estudo aprofundado com base nas informações aqui contidas.

Para analisar o problema central do estudo, foram escolhidas seis instituições bancárias com grande representação no estado do Rio Grande do Sul. Foram escolhidas três instituições públicas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e três instituições privadas, o Banco Itaú, o Banco Brasileiro de Descontos e o Banco Santander. As informações acerca

dessas instituições financeiras serão coletadas nos relatórios financeiros divulgados em novembro do presente ano pelas próprias instituições e que contemplam dados de setembro de 2011 a setembro de 2012.

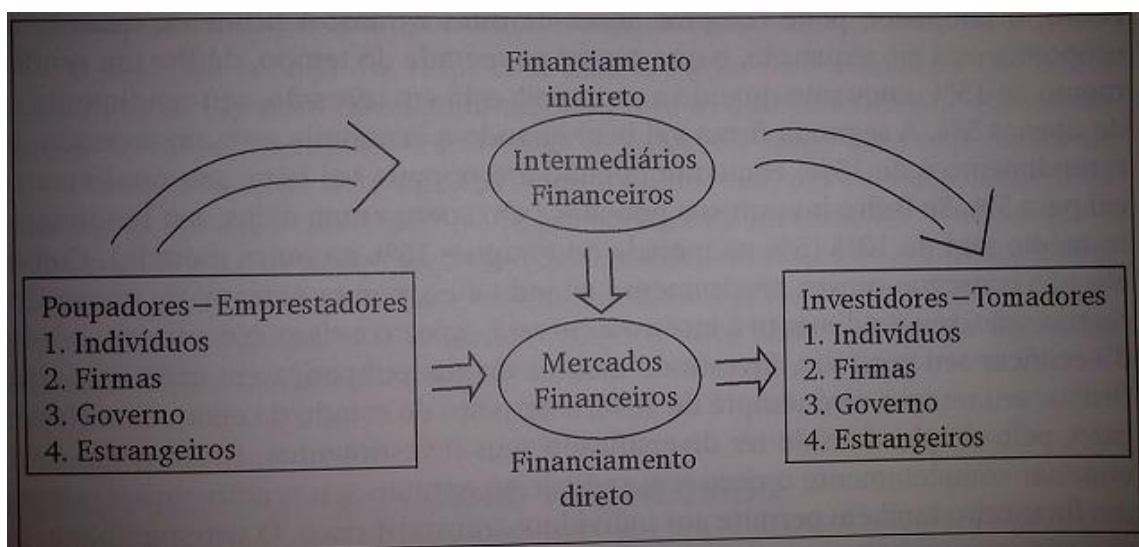
2. REVISÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objetivo desenvolver uma base de sustentação teórica para o trabalho, discutindo os principais conceitos acerca do tema proposto. Dessa forma, inicialmente pretende-se auxiliar o leitor na compreensão do sistema financeiro como um todo, a seguir serão apresentadas as taxas de juros aplicadas no mercado, posteriormente será explanada a questão da inadimplência e a provisão para o crédito de liquidação duvidosa. Em um segundo momento será apresentado a teoria de assimetria de informação, foco central do trabalho, e os problemas originados por ela, a seleção adversa e o risco moral.

2.1. Sistema Financeiro

Segundo Hillbrecht (1999), o sistema financeiro tem como função primordial transferir recursos de poupadores, cuja renda é maior do que sua disposição em gastar, para os tomadores, aqueles cujos gastos são superiores a renda. Essa transferência de fundos pode ser melhor visualizada na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Fluxo de fundos por meio do sistema financeiro



Fonte: (HILLBRECHT, 1999, p. 19).

Conforme Hillbrecht (1999), do lado esquerdo estão representados os poupadores/emprestadores, compostos por indivíduos, firmas, governos e estrangeiros, ao passo que ao lado direito se encontram os tomadores/investidores, que também são compostos por indivíduos, firmas, governos e estrangeiros, entretanto com necessidade de financiamento. A figura 1 mostra, ainda, que existem duas formas para que seja realizada a transferência de fundos: por meio da transferência direta ou por meio de intermediadores financeiros, caracterizando a transferência indireta. No caso da transferência direta, os tomadores solicitariam empréstimo direto aos poupadores sem a necessidade de intervenção de alguma instituição financeira, porém ambos estariam expostos ao custo de transação. Ao utilizar o processo de transferência indireta os agentes financeiros reduzem o custo de transação, custo de tempo e dinheiro para que seja efetuada uma troca de ativos financeiros, bens ou serviços. Essa redução se deve ao compartilhamento do risco, reduzindo o grau de incerteza do retorno de um ativo; ao compartilhamento da maior liquidez, que se refere à facilidade com que se converte um ativo em moeda; e ao compartilhamento da obtenção de informações facilitadas a respeito das condições do mercado.

A existência de mercados financeiros, segundo Mishkin (2000), é também benéfica ao tomador que deseja fazer um empréstimo para o propósito que não seja o de aumentar o negócio, como por exemplo, a aquisição de um automóvel. Dificilmente um tomador encontraria um poupador que tivesse interesse em investir nessa aquisição. Ao efetuar a transação através de um intermediador financeiro, o poupador transferiria seu fundo para o intermediador, em troca de uma taxa de juros, que o emprestaria para o tomador em troca de uma taxa de juros maior do que a paga ao poupador.

Diversos são os intermediadores financeiros no sistema financeiro, porém nesse estudo será enfatizado o papel desempenhado pelos bancos comerciais devido ao fato que os mesmos são os maiores intermediários financeiros, Hillbrecht (1999), e atuam massivamente no mercado de crédito, principal objeto de estudo deste trabalho.

Bancos comerciais, segundo Hillbrecht (1999), são instituições constituídas sob a forma de sociedade anônima com controle privado (bancos cujo capital pertence predominantemente a investidores) ou público (bancos cujo capital predominante pertence ou ao governo federal ou ao governo do estado onde estão

sediados). O “seu objetivo precípua é proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviço e as pessoas físicas”. (FORTUNA, 2002, p 27).

Assaf Neto (1999) afirma que a grande característica dos bancos comerciais é a sua capacidade de criação de moeda através do efeito multiplicador da moeda, a qual é estabelecida com base nos depósitos a vista captados no mercado. O autor destaca ainda a importância dos serviços prestados pelos mesmos, tais como a realização de pagamentos de cheques, transferência de fundos, ordens de pagamentos, cobranças diversas, recebimento de impostos e tarifas públicas, custódia, entre outros.

2.2. Taxas de juros

A taxa de juros, conforme Assaf Neto (1999), é identificada como o preço do crédito em função do tempo de alocação do mesmo. Quaisquer que sejam os tipos de taxa de juros no mercado, todos eles representam a remuneração pela alocação do capital. Ou seja, “a remuneração exigida por um agente econômico ao decidir postergar o consumo, transferindo seus recursos a outro agente” (ASSAF NETO, 1999, p 51). Dessa maneira, toda a operação envolve, pelo menos, dois agentes econômicos: o poupador, que deseja adiar o seu consumo, e o tomador, que deseja antecipar o seu consumo para o presente.

A taxa de juros é influenciada pelo mercado, de modo que, como proposto por Assaf Neto (1999), os investimentos serão considerados atraentes quando o retorno sobre os mesmos for maior que a taxa de juros do dinheiro utilizado. “Em verdade, a taxa de juro é o resultado das interações das ações de mercado executadas pelos agentes econômicos, servindo de balizador de suas decisões entre consumo e poupança” (ASSAF NETO, 1999, p 51).

De acordo com Compton (1990), as taxas de juros cobradas pelas instituições bancárias refletem o fato de o dinheiro ser um produto com o preço oscilante em razão da sua oferta e demanda. A taxa cobrada pelos empréstimos usualmente segue a combinação de uma série de fatores, cujos principais são: o custo dos

fundos para o banco, sua disponibilidade, o prazo do empréstimo e o seu grau de risco considerado pela instituição bancária.

Os fundos que um banco utiliza para efetuar esses empréstimos normalmente vêm da captação de depósitos do banco. Para obter outros depósitos, o banco incorre em custos de juros pagos aos depositantes. Uma vez que a maior parte da base de depósitos de um banco consiste de depósitos a prazo e depósitos de poupança, que rendem juros, o banco deverá assegurar-se de que sua receita de juros sobre os empréstimos seja mais alta do que seus pagamentos de juros sobre os depósitos. A margem entre os dois é conhecida por receita líquida, ou o spread. (COMPTON; 1990, p 210).

Conforme ilustrado por Silva (2005), as taxas de juros utilizadas nas operações de crédito normalmente são afetadas pelo grau de risco que são observados pelas instituições bancárias através da avaliação de critérios como a credibilidade do tomador e o prazo da operação pretendida. Usualmente, em casos de empréstimos de maior prazo, a taxa tende a ser variável, como forma de amenizar a incerteza da possível deterioração do crédito frente a acontecimentos não previstos.

Os autores Fortuna (2002), Securato (2005) e Assaf Neto (1999) definem assim as principais taxas de juros praticadas no mercado financeiro:

- Taxa Referencial – TR;

A TR foi criada em 1991 para promover a substituição da indexação presente na economia Brasileira. Dessa forma, a TR deveria corrigir todos os instrumentos financeiros e de mercado que precisem alguma forma de indexação em seus valores, além de permitir a emissão de títulos públicos e privados com correções atreladas à TR. A taxa é formada com base na remuneração média mensal de CDBs e RDBs operados pelos maiores bancos, reduzidos a tributação incidente e a taxa real de juros da economia. Dessa forma, a TR seria uma taxa futura esperada de inflação e as deduções refletem a taxa real de juros admitido pelo Governo em trinta dias.

- Taxa Básica Financeira – TBF;

A TBF foi criada em 1995 com o objetivo de prolongar o perfil das aplicações financeiras da economia. A TBF é formada com base nos rendimentos médios mensais oferecidos pelos CDBs de trinta dias. Por não incluir um redutor em seu cálculo, os rendimentos da TBF são superiores aos da TR. A taxa é utilizada para remunerar as aplicações financeiras a prazo fixo com vencimento mínimo de dois meses.

- Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;

A TJLP foi criada em 1994 com o objetivo de estimular os investimentos no setor de infraestrutura e consumo e, ao mesmo tempo, inverter a curva de rendimento que até 1994 privilegiava os investimentos de curto prazo com juros maiores. A TJLP é utilizada para remunerar três fundos compulsórios, o PIS/PASEP, o FAT e o Fundo de Marinha Mercante, além de ser utilizada em linhas de crédito do Banco Nacional de desenvolvimento – BNDES – substituindo a TR. A TJLP é válida para empréstimos de longo prazo, seu custo é variável, mas permanece fixo por no mínimo três meses. Para o cálculo da taxa são consideradas as taxas de juros dos títulos da dívida externa e interna do Brasil.

- Taxa Over Selic;

É a principal taxa do mercado. A SELIC regula as operações diárias com títulos públicos federais, pois é a sua média diária que reajusta, diariamente, os preços unitários dos títulos públicos. A taxa Over Selic representa a taxa pelo qual o Banco Central compra e vende títulos públicos federais ao fazer sua política monetária.

- Taxa Básica do Banco Central – TBC

A TBC foi criada para controlar os juros no mercado aberto sinalizando o patamar mínimo de juros, deixando que os bancos ajustassem entre si as taxas do dia em função do mercado. O valor da TBC era mensal e determinado ao final do mês anterior ao de sua vigência. Foi extinta em março de 2009.

- Taxa de assistência do Banco Central – Tban

A Tban foi criada para servir como o parâmetro de juros sempre que fossem sacados no redesconto valores acima do valor base ou, então, fossem dada, pelas instituições financeiras, garantias diferentes dos títulos públicos federais livres. Também foi extinta em março de 2009.

2.3. Spread Bancário

Segundo Troster (2005), spread é o termo utilizado para determinar a margem bruta dos bancos, ou seja, a diferença entre sua taxa de captação e a taxa de aplicação. O Banco Central define o spread bancário como:

Diferença entre o preço de compra e de venda de um título ou moeda. É, em última instância, o lucro da operação financeira. Também vale para as taxas de juros. Especifica o prêmio adicional que deve ser pago por um devedor em relação a uma taxa de referência. No caso de bônus globais, por exemplo, as condições de mercado determinam que o país X paga um spread de 4% (ou 400 basis points) acima da taxa referencial de prazo equivalente (Títulos do Tesouro norte americano, por exemplo). O spread varia de acordo com uma série de variáveis, sobretudo qualidade de crédito do emissor, condições de mercado, volume e liquidez da emissão ou empréstimo, prazo, etc. Para cálculo do spread, a taxa interna de retorno dos fluxos de um título é deduzida da taxa interna de retorno de um referencial. Representa a diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. (BANCO CENTRAL, 2012)

De acordo com Afonso (2009), o spread no Brasil é decomposto em cinco componentes pelo Banco Central, conforme seguem:

- Custo administrativo;

Refere-se ao custo com os insumos da indústria bancária, como o capital físico, trabalho, recursos operacionais, depósitos. Os bancos oferecem uma série de serviços, e a forma como os custos são alocados influenciam na composição do spread.

- Inadimplência;

Equivale a 20% das provisões para devedores duvidosos, calculadas de acordo com as regras provisionadas pelo Conselho Monetário Nacional. Essa mensuração define a inadimplência ocorrida, porém os bancos utilizam taxas projetadas para níveis de inadimplência futuro, de forma que ao se deparar com um cenário de possível aumento de inadimplência futuro, aumentam o valor do spread. A dificuldade e demora na recuperação de valores emprestados e das garantias, a ausência de informações confiáveis e o fato dos processos judiciais no Brasil chegarem a durar dez anos em média ajudam a inflar o spread em relação a esse quesito.

- Custo do compulsório;

Corresponde ao custo de oportunidade que os bancos incorrem em deixar parte dos depósitos à vista e a prazo depositado no Banco Central com rendimento inferior ao que poderiam obter caso pudessem emprestar esse valor. Embora o custo de recolhimento do compulsório representar somente 4,1% do spread bancário no ano de 2010, o Brasil é um dos países com os maiores depósitos compulsórios do mundo. Incide sobre os depósitos a vista a taxa de 43%, ao passo que na

Argentina, por exemplo, a alíquota é de 19%. O Brasil também aplica o depósito compulsório sobre os depósitos a prazo com a alíquota de 32%.

- Tributos e taxas;

Incluem tributos indiretos, como o Imposto de Operações Financeiras, o Programa de Integração Social, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, além de incluir os tributos diretos como o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

- Resíduo;

Corresponde a diferença entre o spread total e os quatro componentes apresentados anteriormente. Refere-se à margem líquida das operações bancárias, embora incluam outros fatores, como erros de mensuração e subsídios cruzados, decorrentes da limitação de juros imposta nos empréstimos com recursos direcionados, como o crédito rural, repasses do BNDES, entre outros.

Esses componentes foram mensurados pelo economista Sardenberg (2012) e divulgados pela FEBRABAN, Federação Brasileira de Bancos, conforme consta na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Decomposição do spread bancário prefixado

Decomposição do spread bancário prefixado - Nova Metodologia - Total (Em proporção % do Spread)

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1- Spread Total	100	100	100	100	100	100	100
2- Custo Administrativo	20,42	19,41	17,89	18,15	10,16	14,25	12,56
3- Inadimplência	24,29	27,57	30,52	28,42	26,71	30,59	28,74
4- Compulsório +Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	9,40	8,07	6,14	6,45	5,23	5,26	4,08
5- Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	45,89	44,95	45,46	46,98	57,90	49,91	54,62
6- Impostos diretos	15,63	15,31	15,49	16,04	23,20	19,97	21,89
7- Margem líquida, erros e omissões (5-6)	30,25	29,64	29,97	30,95	34,69	29,94	32,73

Fonte: (SARDENBERG, 2012, p. 23)

De acordo com o Banco Central (2012), o spread bancário vem sendo analisado desde 1999 como parte do projeto Juros e Spread bancário no Brasil.

Esse projeto tem proposto uma série de medidas de longo prazo voltadas para a redução do custo do crédito no país. São três os principais focos de atuação:

- Promoção de maior transparência e concorrência do mercado de crédito, de modo a facilitar o acesso a informações relevantes acerca dos clientes e avaliar corretamente o risco de suas operações e, também, assegurar o acesso a informações transparentes sobre custos e condições contratuais aos tomadores de crédito;
- Aumento da segurança jurídica dos contratos, assegurando que os bancos minimizem as perdas associadas à inadimplência;
- Atuação sobre a cunha fiscal, compulsórios e a regulação bancária, iniciativas que ficam limitadas pelas restrições de caráter macroeconômico.

2.4. Inadimplência e Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Segundo Assaf Neto (2009), risco de crédito é a possibilidade de uma instituição financeira não receber os valores prometidos pelos títulos que mantém em sua carteira de ativos de recebíveis. Saunders (2000) afirma ainda que o risco de inadimplência – ou risco de crédito – é o risco de que o tomador não possa ou não esteja disposto a cumprir os termos prometidos no contrato de empréstimo. Essa situação, segundo o autor, geralmente está presente em todas as modalidades de empréstimos.

O risco de crédito é determinado pela possibilidade de as obrigações de caixa de uma dívida não serem corretamente liquidadas. O risco de crédito existe, em outras palavras, pela possibilidade de um devedor deixar de cumprir com suas obrigações financeiras, seja pela inadimplência no pagamento do principal da dívida, e/ou na remuneração dos juros. (ASSAF NETO, 2009, p 124)

O risco de crédito no mercado financeiro, segundo Assaf Neto (2009), pode ser explicado, entre outros, pelas seguintes origens:

- Não pagamento da dívida por parte do devedor;
- Transações de instrumentos de crédito nos mercados futuros e de opções;
- Risco legal que envolve o compromisso das partes com a estrutura legal do contrato, legislação do país e outras;

- Risco do país que deriva principalmente de aspectos regulatórios, políticos e econômicos;
- Carteira de crédito com baixa diversificação, elevando o risco pela concentração dos contratos em termos de perfil do devedor, setor de atividade ou região.

De acordo com Szuster (2007), ao realizar operações a prazo a entidade corre o risco de não receber o dinheiro do cliente. Essa probabilidade de não recebimento é denominada risco de inadimplência. Szuster (2007), afirma ainda que o risco de inadimplência decorre de uma operação a prazo, dessa forma, em uma operação a prazo é necessário reconhecer a despesa associada a esse risco. Essa despesa é denominada provisão de crédito de liquidação duvidosa – PCLD.

Conforme Padozeve (2009), provisão é a estimativa de uma provável perda ou despesa, dessa forma as provisões assumem dois atributos básicos: o seu valor é estimado, por se tratar de uma provisão, e existe a possibilidade de essa despesa não vir a acontecer.

A lei nº 6.404/76 prevê o reconhecimento da provisão de créditos de liquidação duvidosa no artigo 183, conforme segue:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I – os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor; serão excluídos os já prescritos e feitas provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, e será admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos.
Lei nº 6404/76

De acordo com Szuster (2007), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

O contador Miron (2012), através do relatório financeiro do banco Itaú divulgado no terceiro trimestre do presente ano afirma que “as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência” (MIRON, 2012, p. 98).

2.5. Informações assimétricas e o mercado de crédito

De acordo com Hillbrech (1999), a informação assimétrica surge quando uma das partes envolvidas em determinada transação não possui toda a informação disponível a outra, impedindo-a de tomar uma decisão acertada a respeito da transação.

Conforme Kirch (2009), a assimetria de informação corresponde a situação em que uma das partes de uma relação contratual tem conhecimento sobre algo relevante do qual a outra parte desconhece. Ainda conforme o autor, a existência de informações assimétricas se torna relevante quando as partes envolvidas na relação contratual possuem objetivos divergentes, a parte que possui informações adicionais utilizará as mesmas para obter vantagens que podem prejudicar os interesses da outra parte envolvida.

Segundo Braga e Toneto (2000), no mercado bancário, em operações que envolvam crédito, o lucro das instituições financeiras, ou prestador, depende não apenas do preço cobrado – taxa de juros – mas também da devolução da soma inicialmente emprestada. A capacidade de o tomador efetuar o pagamento do empréstimo depende do projeto financiado com o mesmo e a sua disposição a pagar. A situação apresentada evidencia a existência de informações assimétricas dado que o tomador de recursos possui melhores condições de avaliar o risco envolvido no projeto financiado e avaliar a sua disposição para o pagamento do empréstimo.

Os autores Frascaroli, Paes e Ramos (2010) afirmam que existe uma relação direta entre o risco e o retorno de um projeto, isto é, quanto maior o risco apresentado por um projeto, maior será o retorno do mesmo. Os autores colocam ainda que se a taxa de juros para os tomadores de empréstimos se eleva, então projetos com baixo risco sairão do mercado, pois projetos com baixo risco têm menores retornos associados a eles e, portanto, pagam menores remunerações. Por outro lado quando a taxa de juros por empréstimos se reduz, atrai projetos com menor risco ao mercado, dado que dessa forma haverá possibilidade de lucro mesmo com projetos de menores retornos. Dessa forma, haverá um aumento na proporção de projetos com baixo risco fazendo com que os retornos esperados nos

portfólios das instituições financeiras sejam maiores, pois haverá diminuição na taxa de inadimplência devido ao menor risco da carteira.

Kirch (2009) complementa a informação acima afirmando que uma alta taxa de juros sobre empréstimos pode ter duas consequências para os credores: atrair somente aqueles tomadores com projetos de alto risco e/ou aqueles que não estão dispostos a honrar seus compromissos, e induzir os tomadores a aceitar projetos de maior risco ou que resultem em maiores benefícios privados e que, provavelmente, reduzem o retorno esperado dos credores.

Segundo Hillbrecht (1999), a presença de informação assimétrica acarreta dois tipos de problemas: a seleção adversa e o risco moral.

2.5.1. Seleção adversa e o mercado de crédito

Conforme Hillbrecht (1999), o problema de seleção adversa ocorre quando não é possível distinguir entre um tomador de empréstimo de alto risco de um de baixo risco antes de se efetuar o empréstimo. Ainda segundo o autor, a seleção adversa ocorre quando um tomador de alto risco está mais disposto a tomar o empréstimo do que um de baixo risco, e, portanto, pode demandar mais insistentemente o empréstimo.

De acordo com Kirch (2009), seleção adversa ocorre quando o tomador possui informação privada antes de a relação se iniciar, ou seja, antes de firmar contrato. Se esta informação for relevante para a negociação, o tomador poderá utilizá-la para tirar proveito à custa do credor.

Tanto Hillbrecht (1999), quanto Kirch (2009), apresentam o exemplo do mercado de carros usados para explicar o problema proposto. Segundo os autores se os compradores não puderem distinguir a qualidade dos veículos, estarão dispostos a pagar um preço médio que reflete a proporção de carros de boa e má qualidade no mercado, entretanto, agindo dessa forma, podem afastar do mercado os vendedores dos veículos de boa qualidade, visto que seus veículos ficam subvalorizados quando atribuído um preço médio, ao passo que permanecerão no

mercado os vendedores de automóveis de má qualidade, tendo em vista que o preço médio supervaloriza os veículos por eles vendidos.

Trazendo o problema para o mercado de crédito, Hillbrecht (1999) afirma que com taxas de juros elevadas somente empresas com alto risco irão tomar fundos emprestados, se seu projeto der certo, ambos, tomador e credor, saem lucrando, todavia se o projeto der errado, o que segundo o autor é mais provável, os credores saem perdendo.

2.5.2. Risco moral e o mercado crédito

De acordo com Kirch (2009), risco moral ocorre quando a ação do tomador não é verificável ou quando o mesmo recebe informação privada após a relação se iniciar, ou seja, após firmar contrato entre as partes.

Hillbrecht (1999) coloca que o problema de risco moral ocorre quando o credor não consegue monitorar as atividades do tomador do empréstimo depois que esse foi efetuado. Como exemplo o autor apresenta a situação em que um credor decidiu emprestar dinheiro a um tomador para o financiamento de um projeto. O retorno desse empreendimento depende do empenho do tomador, mas nada garante que ele irá trabalhar com afinco após receber o dinheiro ao invés de gastá-lo indevidamente, caracterizando assim um problema de risco moral.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho será elaborado tendo como base a pesquisa bibliográfica acerca do tema e confrontando-a com um estudo de caso. Segundo Naoun apud Guerrini (2002), um “estudo de caso é utilizado quando os pesquisadores têm a intenção de suportar seus argumentos através de uma análise profunda de uma pessoa, de um grupo de pessoas, uma organização ou um projeto particular”. Segundo Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado por um estudo profundo acerca de um ou poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e detalhado acerca dos mesmos. Severino (2007), afirma que a forma de coletar e analisar os dados se dá de forma parecida com a pesquisa de campo em geral. O autor afirma, ainda, que o caso escolhido para pesquisa deve ter um valor significativo, de modo que se possam fundamentar generalizações em situações análogas. Gil (2008) adverte que devido ao menor rigor metodológico, pesquisadores com menor experiência tendem a alimentar o trabalho com diversos dados sem a devida análise dos mesmos.

Cesar (2005) destaca ainda três aspectos importantes a serem levados em consideração ao optar pela metodologia do estudo de caso: a natureza da experiência, enquanto fenômeno a ser investigado; o conhecimento que se pretende alcançar; e a possibilidade de generalização de estudos a partir do método.

Dessa forma, o presente trabalho será elaborado com base nas referências bibliográficas acerca das taxas de juros, spreads bancários, operações de crédito, taxas de inadimplência, provisão para créditos de liquidação duvidosa e a teoria de informações assimétricas, confrontando-as com a análise de um estudo de caso que verificou as alterações apuradas pelas instituições financeiras acerca do volume de crédito, nível de inadimplência e projeção para crédito de liquidação duvidosa.

4. CONJUNTURA ECONÔMICA

O primeiro semestre de 2012, segundo o relatório de demonstrações financeiras do Banrisul (2012) divulgado em junho do presente ano, foi marcado por condicionantes distintas daquelas que configuraram o ambiente bancário no mesmo período do ano passado.

No início de 2012, conforme consta no relatório do Banrisul (2012), passou a vigorar a portabilidade bancária, possibilitando com que os clientes pudessem ter o direito de transferir dívidas e saldos de contas salários de um banco para outro. Esse mecanismo passou a ser fortemente explorado na mídia visando a captação e retenção de clientes.

O Banco Central, na função de operacionalizador da política monetária emanada pelo Conselho Monetário Nacional, atuou de forma marcante no mercado através da redução da taxa básica de juros, que passou de 12,25% ao ano em 2011 para 8,50% ao ano em 2012, através de alterações no depósito compulsório e através de mudanças no mecanismo de remuneração da poupança, delineando um ambiente de ajustes no setor bancário, conforme consta no relatório do Banrisul (2012).

Segundo o relatório de demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Econômica Federal (2012) de junho de 2012, a atividade econômica no Brasil vem apresentando um crescimento modesto, resultante, dentre diversos fatores, da crise econômica externa. Entretanto, embora a atividade econômica venha apresentando dificuldades, o mercado de trabalho encontra-se aquecido, com taxas de desemprego em níveis historicamente baixos e elevação dos rendimentos.

Ainda conforme o relatório da Caixa (2012), o mercado de crédito evolui favoravelmente, demonstrando uma recuperação frente ao comportamento do começo do ano, invertendo, inclusive, a tendência de desaceleração vista até então. Em linha com a evolução do crédito, o endividamento familiar também aumentou, entretanto, houve melhora na composição do comprometimento da renda.

Vistos em conjunto, os condicionantes conjunturais presentes no primeiro semestre de 2012 abrem espaço para a eliminação dos mecanismos de indexação da economia, possibilitando a manutenção efetiva dos juros do crédito em

patamares mais baixos e a redução dos spreads bancários, de acordo com o relatório de demonstrações financeiras do Banrisul (2012).

5. ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Trimestralmente as instituições bancárias divulgam relatórios de desempenho econômico, nos quais são apresentados dados a respeito da movimentação financeira, volume de operações de crédito, taxa de inadimplência, lucro obtido, entre outros. A seguir serão apresentados os dados relevantes para com o tema proposto dos principais bancos atuantes no estado do Rio Grande do Sul: Foram escolhidos o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Banrisul, representando os bancos públicos e o Banco Bradesco, o Banco Santander e o Banco Itaú representando os bancos privados.

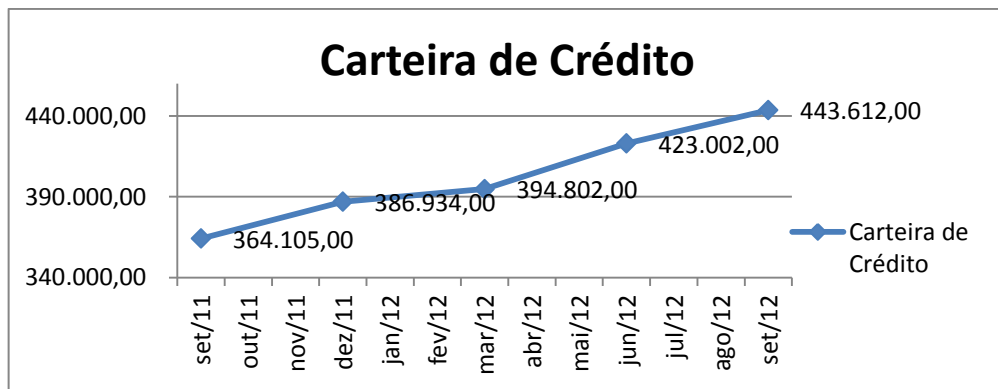
Os Indicadores selecionados para compor o estudo foram o volume da carteira de crédito, o nível de inadimplência e a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os relatórios mencionados apresentam o saldo da carteira de crédito, o valor percentual da taxa de inadimplência e o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Para encontrar o valor percentual da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi feita uma divisão do saldo provisionado pelo saldo da carteira de crédito. Os demais dados serão apresentados conforme divulgados pelas instituições bancárias.

5.1. Banco do Brasil

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no relatório de análise de desempenho do 3º trimestre do Banco do Brasil (2012), divulgado em novembro de 2012.

A carteira de crédito do Banco do Brasil atingiu o saldo de R\$ 443.612,00 Milhões em setembro deste ano, representando um crescimento médio de 5,08% ao trimestre nos últimos doze meses, conforme a Figura 2 a seguir:

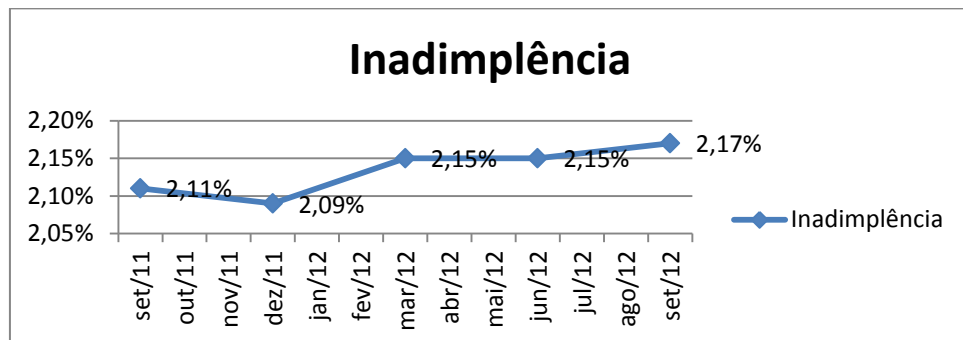
Figura 2: Carteira de Crédito do Banco do Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor

O nível de inadimplência geral do Banco do Brasil ficou fixado em 2,17% no mês de novembro de 2012 e sua variação média foi de 0,71% ao trimestre ao longo dos últimos 12 meses, conforme segue:

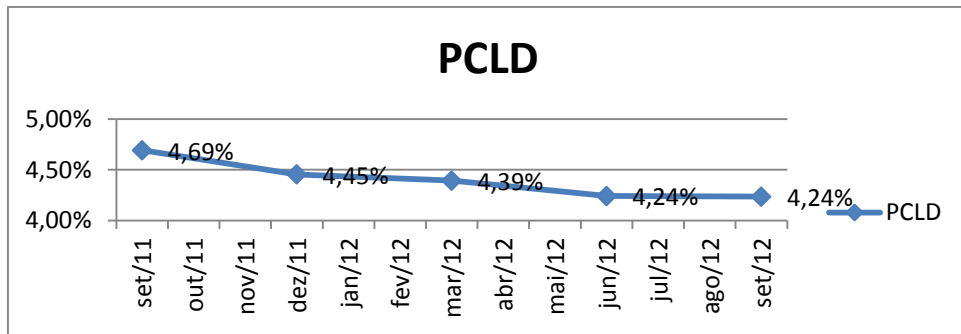
Figura 3: Nível de inadimplência do Banco do Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor

A provisão para créditos de liquidação duvidosa do Banco do Brasil foi estimada em 4,24% do total da carteira de crédito em setembro de 2012. A variação média dos últimos doze meses atingiu o percentual negativo de 2,51% ao trimestre, conforme segue:

Figura 4: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa do Banco do Brasil



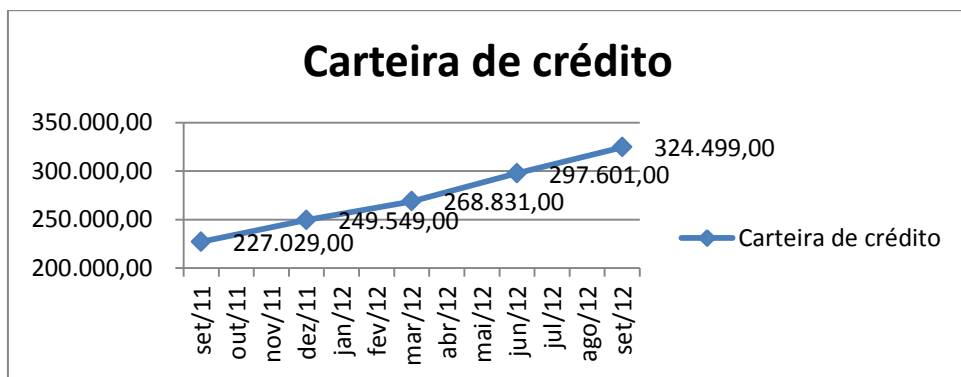
Fonte: Elaborada pelo autor

5.2. Caixa Econômica Federal

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no relatório de análise de desempenho do 3º trimestre da Caixa Econômica Federal, divulgado em novembro de 2012.

O saldo da carteira de crédito geral da Caixa Econômica Federal atingiu o valor de R\$ 324.499,00 milhões em setembro de 2012, sendo que a sua variação média dos últimos 12 meses ficou em 9,35% ao trimestre, conforme segue:

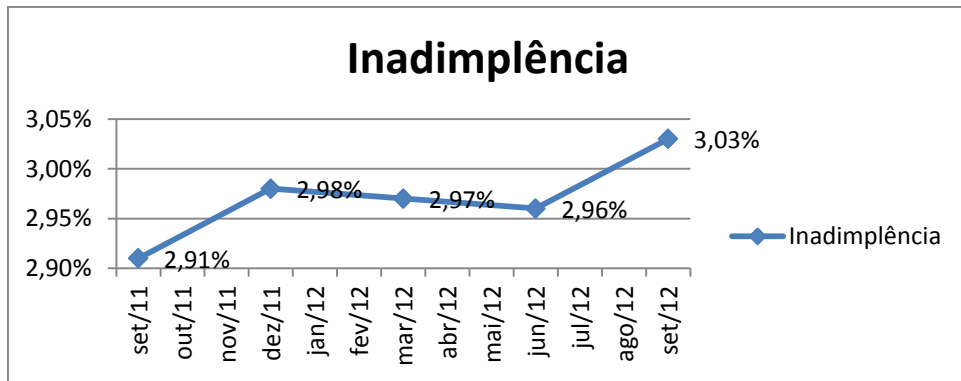
Figura 5: Carteira de Crédito da Caixa Econômica Federal



Fonte: Elaborada pelo autor

O nível de inadimplência da Caixa Econômica Federal apresentou a taxa de 3,03%, sendo que no período de doze meses houve uma variação média de 1,02% ao trimestre.

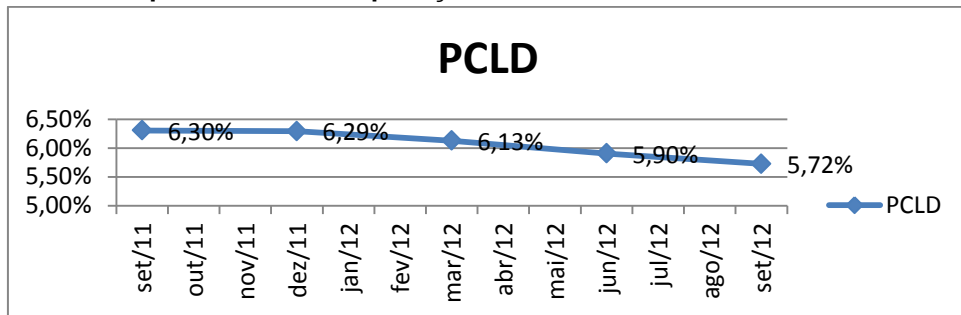
Figura 6: Inadimplência da Caixa Econômica do Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor

A provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de 5,72% do saldo da carteira de crédito registrado em setembro de 2012 pela Caixa Econômica Federal, apresentando uma variação média negativa de 2,37% ao trimestre nos últimos doze meses.

Figura 7: Provisão pra Crédito de Liquidação Duvidosa da Caixa Econômica Federal



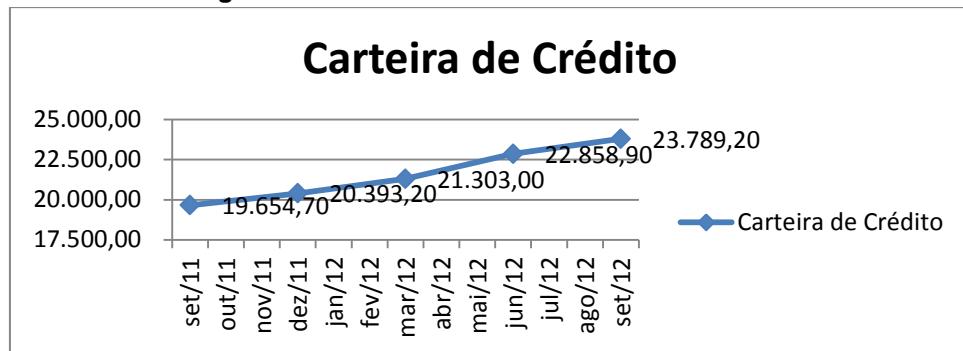
Fonte: Elaborada pelo autor

5.3. Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no relatório de demonstrações financeiras do 3º trimestre do Barrisul, divulgado em novembro de 2012.

O saldo da carteira de crédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul finalizou o mês de setembro com o montante de R\$ 23.789,00 milhões, apresentando nos últimos doze meses uma variação média de 4,9% ao trimestre, como pode ser visualizado na figura 8 abaixo.

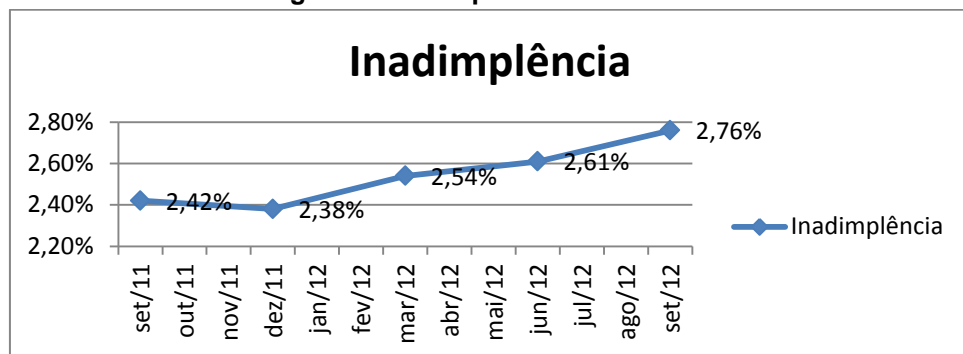
Figura 8: Carteira de Crédito do Banrisul



Fonte: Elaborada pelo autor

A inadimplência calculada no mês de setembro do presente ano pelo Banrisul atingiu o patamar de 2,76%, ao passo que a sua variação média nos últimos 12 meses foi de 3,39% ao trimestre.

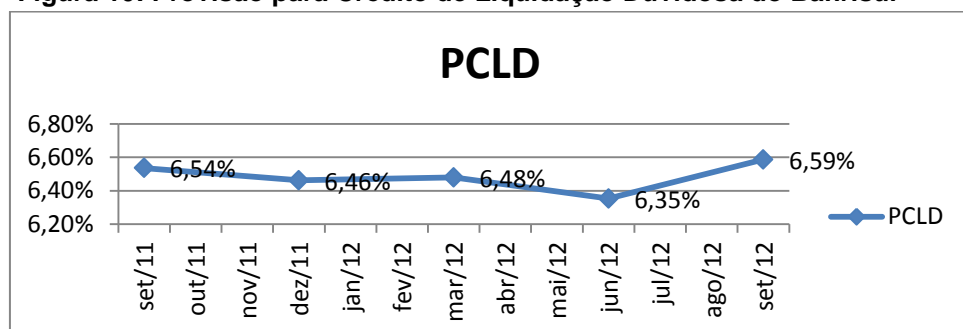
Figura 9: Inadimplência do Banrisul



Fonte: Elaborada pelo autor

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sofreu uma variação média de 0,21% ao trimestre nos últimos doze meses, atingindo o percentual de 6,59% do total da carteira de crédito em setembro de 2012.

Figura 10: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa do Banrisul



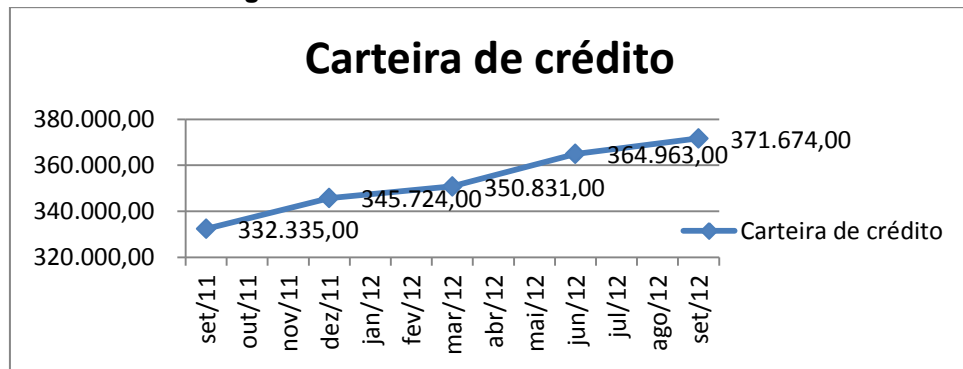
Fonte: Elaborada pelo autor

5.4. Bradesco

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no relatório de relações com o mercado do 3º trimestre do Bradesco, divulgado em novembro de 2012.

O saldo da carteira de crédito do Banco Bradesco ao final de setembro de 2012 totalizou o montante de R\$ 371.674,00 milhões, enquanto a sua variação média foi de 2,84% ao trimestre, conforme segue:

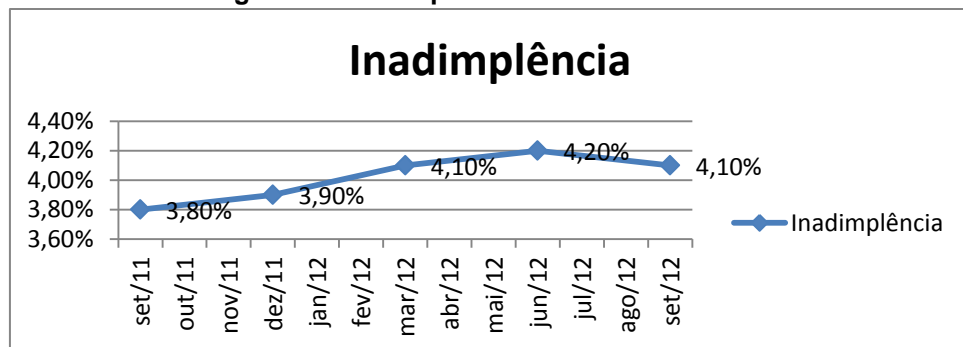
Figura 11: Carteira de Crédito do Bradesco



Fonte: Elaborada pelo autor

O nível de inadimplência registrado em setembro deste ano pelo Bradesco foi de 4,1%, registrando, também, uma variação média de 1,95% ao trimestre nos últimos 12 meses, conforme a figura 12 a seguir.

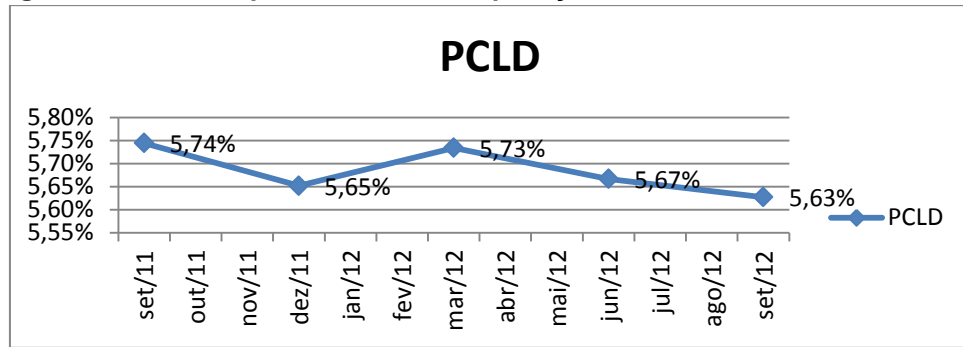
Figura 12: Inadimplência do Bradesco



Fonte: Elaborada pelo autor

A estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa do Banco Brasileiro de Descontos atingiu o valor de 5,63% do total da carteira de crédito em setembro, apresentando uma variação média negativa nos últimos meses de 0,51% ao trimestre.

Figura 13: Provisão para Créditos de liquidação duvidosa do Bradesco



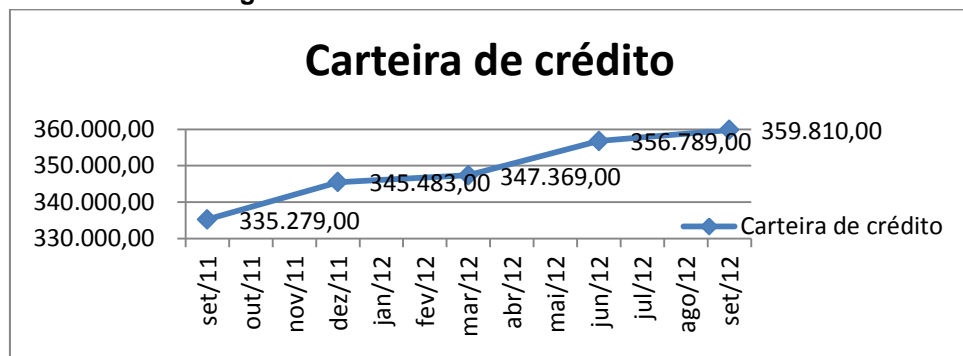
Fonte: Elaborada pelo autor

5.5. Itaú

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no relatório de análise gerencial da operação e demonstrações contábeis completa do 3º trimestre do banco Itaú, divulgado em novembro de 2012.

O saldo da carteira de crédito do Banco Itaú em setembro do presente ano apresentava um valor de R\$ 359.810,00 milhões, ao passo que sua variação média ao longo dos últimos doze meses apresentou um valor de 1,79% ao trimestre.

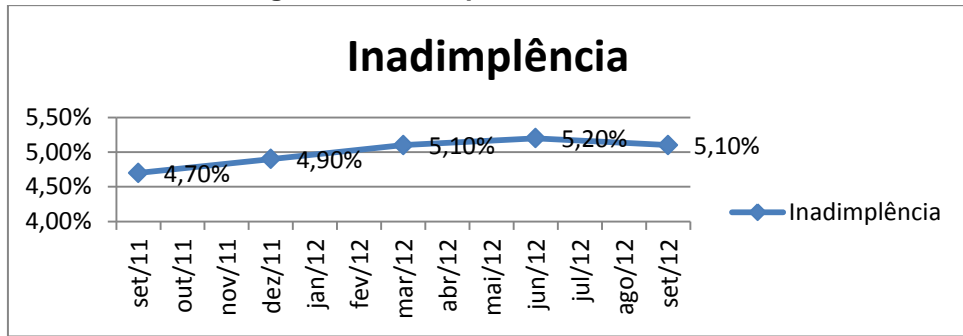
Figura 14: Carteira de Crédito do Itaú



Fonte: Elaborada pelo autor

A inadimplência do Itaú atingiu em setembro 5,1 pontos percentuais. Nos doze meses, de setembro de 2011 a setembro de 2012, a variação média da inadimplência foi de 2,09% ao trimestre. Essa afirmação pode ser averiguada na figura 15 a seguir.

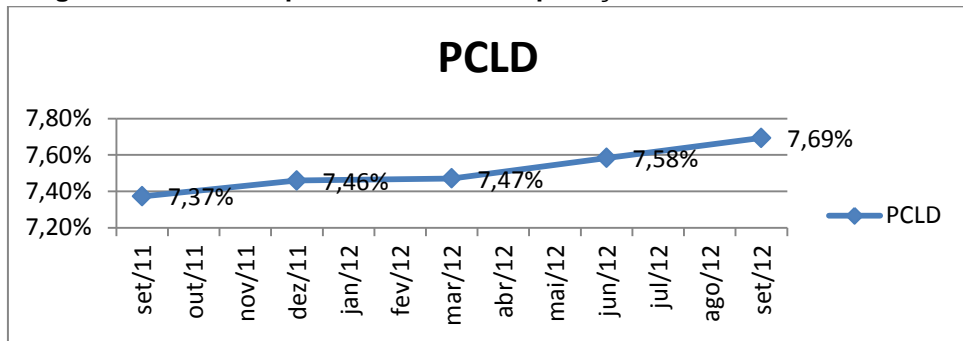
Figura 15: Inadimplência do Itaú



Fonte: Elaborada pelo autor

A provisão para créditos de liquidação duvidosa do Banco Itaú foi estimada em 7,69% do total da carteira de crédito em setembro de 2012. A variação média ocorrida nos últimos doze meses registrou um percentual de 1,07% ao trimestre, conforme pode ser conferida na figura 16 a seguir.

Figura 16: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa do Itaú



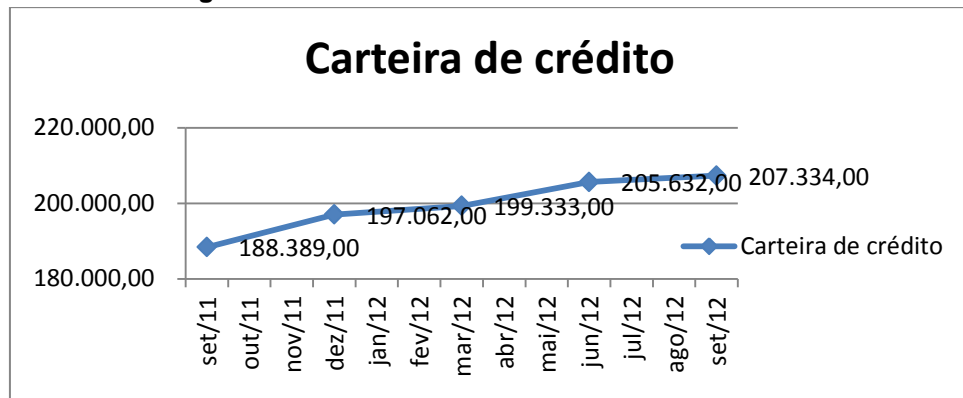
Fonte: Elaborada pelo autor

5.6. Santander

Os dados a seguir apresentados foram divulgados no informe de resultados do 3º trimestre do banco Santander, divulgado em novembro de 2012.

A carteira de crédito do banco Santander obteve um acréscimo trimestral médio de 2,44% nos últimos doze meses, registrando o saldo de R\$ 207.344,00 milhões em setembro deste ano.

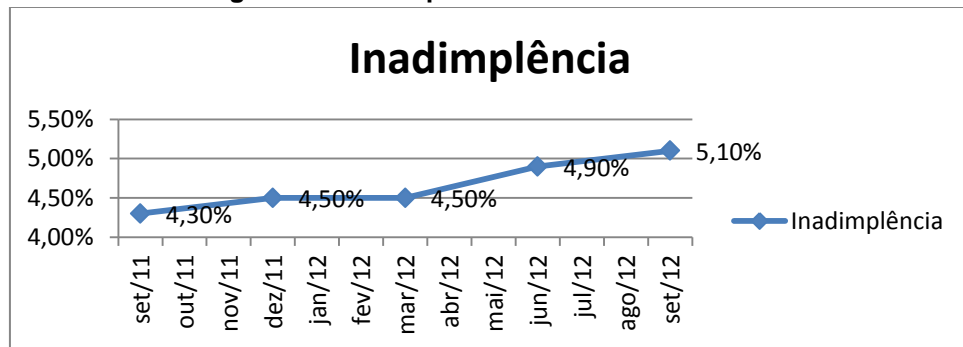
Figura 17: Carteira de Crédito do Santander



Fonte: Elaborada pelo autor

O nível de inadimplência registrado em setembro de 2012 no Banco Santander alcançou o valor de 5,10%. No período de doze meses, esse índice obteve uma variação média de 4,41% ao trimestre, conforme segue.

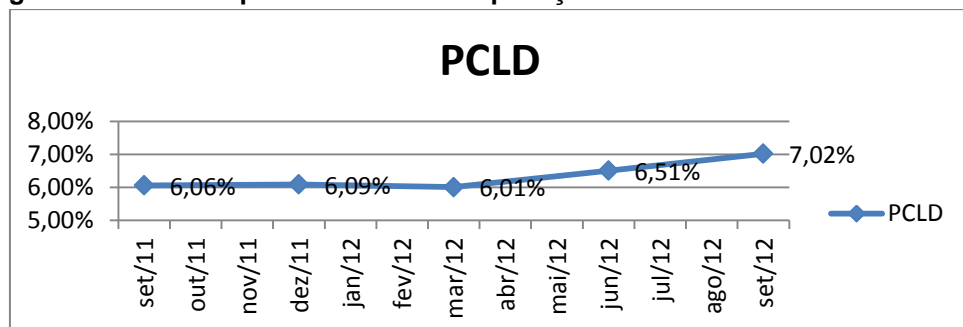
Figura 18: Inadimplência do Santander



Fonte: Elaborada pelo autor

7,02% do total da carteira de crédito foi o valor estimado para a provisão para créditos de liquidação duvidosa em setembro do presente ano declarada pelo Banco Santander. Na mesma data, também foi divulgada a variação média dos últimos dozes meses para essa variável, que ficou em 3,81% ao trimestre.

Figura 19: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa do Santander



Fonte: Elaborada pelo autor

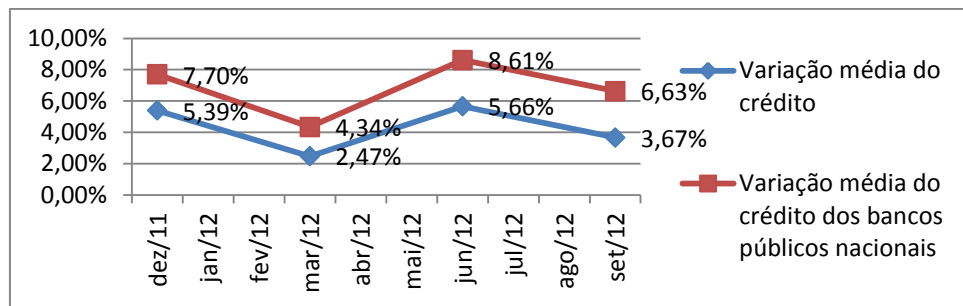
6. AVALIAÇÃO CONJUNTA DOS DADOS DOS BANCOS ANALISADOS

O presente capítulo tem por objetivo analisar os dados apresentados referente às operações de crédito, as taxas de inadimplência verificadas no período e a provisão para créditos de liquidação duvidosa das empresas selecionadas em um cenário econômico de queda nas taxas de juros e confrontá-los com a teoria de informações assimétricas a ponto de verificar se há evidências de que as hipóteses formuladas se apresentam na realidade.

Conforme abordado anteriormente e mencionado pelo relatório de estabilidade financeira (2012) divulgado em setembro deste ano pelo Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2012 o governo brasileiro colocou em prática várias medidas destinadas a estimular a demanda e a impulsionar o crescimento econômico. Em abril do presente ano os bancos públicos nacionais acentuaram o processo de redução nas taxas de juros para algumas modalidades de crédito, sendo seguidos no decorrer pelos demais bancos presentes no sistema financeiro nacional

A queda nas taxas de juros estimulou o volume das operações de crédito da metade do primeiro semestre em diante, conforme o relatório de estabilidade financeira (2012) do Banco Central. Segundo o relatório, o crédito concedido cresceu de forma moderada no primeiro semestre, mantendo a tendência de desaceleração nos primeiros três meses e apresentando um crescimento acentuado nos meses seguintes. Essa situação ficou mais evidente nos bancos públicos nacionais que lideraram as concessões no período ganhando participação relativa na carteira de crédito total. Segue a figura 20 ilustrando o volume de operações de crédito das seis instituições escolhidas para compor o estudo.

Figura 20: Variação média do crédito



Fonte: Elaborada pelo autor

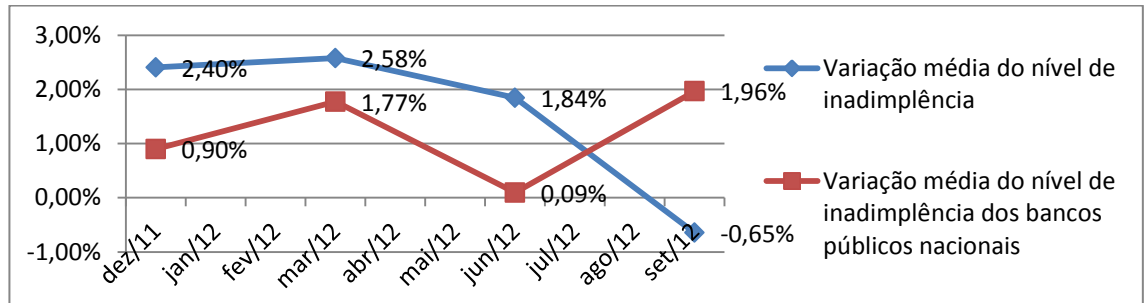
Os valores percentuais informados foram calculados de acordo com a variação no saldo da carteira de crédito das instituições estudadas. A média apresentada é uma média ponderada tendo como balizador o saldo da carteira de crédito.

Como verificado, a variação média do volume de crédito das seis instituições financeiras estava vindo de um período de desaceleração no saldo da carteira de crédito. No segundo trimestre do presente ano, após a redução nas taxas de juros, houve um aquecimento no mercado, elevando o saldo das operações. No último semestre estudado há um recuo no crescimento apresentado no mês anterior, entretanto os valores de variação média das seis instituições e em especial dos bancos públicos nacionais estão acima do que foi verificado nos meses anteriores a implementação das políticas econômicas do governo.

De acordo com a teoria de informações adversas abordada no decorrer do estudo a queda na taxa de juros de operações de crédito gera um estímulo para que tomadores de crédito com projetos de menor risco entrem no mercado. Conforme abordado por Kirch (2009), uma alta taxa de juros sobre os empréstimos tem por consequência atrair tomadores de projetos com alto risco e induzem os tomadores que podem optar por um projeto de menor risco a optarem por projetos mais arriscados visto que os mesmos podem proporcionar melhores benefícios, entretanto, provavelmente, esse benefício reduz o retorno dos credores. Tendo claro esse conceito, a tendência é que com a redução nas taxas de juros o nível de inadimplência das instituições financeiras sofra uma contração, desde que os demais elementos que compõe esse índice sejam mantidos, conforme descrito na hipótese de número um apresentada anteriormente. A figura 21 a seguir apresenta a

variação média no nível de inadimplência das seis instituições financeiras pesquisadas e a variação média das instituições públicas nacionais.

Figura 21: Variação média do nível de inadimplência



Fonte: Elaborada pelo autor

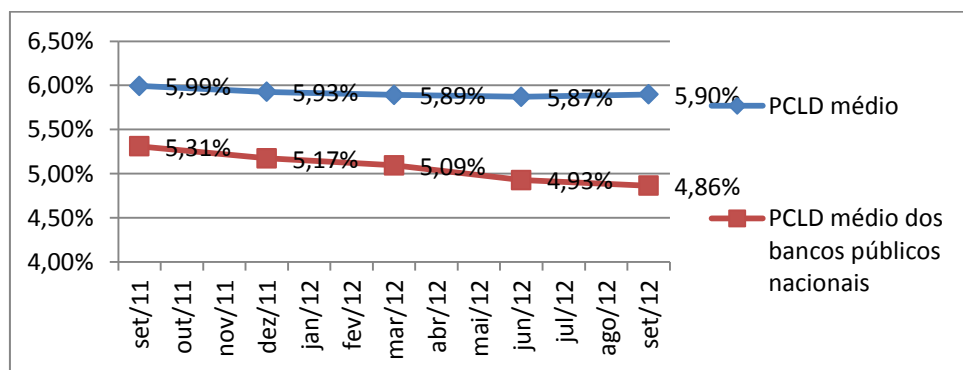
Os valores divulgados foram calculados com base na variação média no nível de inadimplência informado pelos bancos. A média apresentada é uma média ponderada com base no volume de crédito de cada instituição estudada. Os bancos públicos nacionais representam o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Como pode ser verificado na figura 21, levando em consideração a variação média das seis instituições financeiras, encontra-se uma desaceleração no crescimento da taxa de inadimplência a partir de março de 2012 e uma inversão no período de junho a setembro do mesmo ano, passando a apresentar um decréscimo no período. Essa desaceleração, seguida pela inversão, a partir da redução das taxas de juros podem significar um indício de que o descrito pela teoria de informações assimétricas confere com o ocorrido com as instituições financeiras estudadas, ou seja, a redução das taxas de juros pode estar provocando uma desaceleração no crescimento do nível de inadimplência dos bancos mencionados, conforme proposto pela hipótese um, entretanto, para que seja possível avaliar o impacto direto no nível de inadimplência das instituições financeiras é necessário que já tenha se passado determinado tempo da data de redução das taxas de juros. Isso se deve porque o nível de inadimplência auferido na data de setembro, por exemplo, refere-se em sua grande maioria a inadimplência de operações de crédito contratadas em período anterior a redução das taxas de juros, ou seja, não sofreram o impacto ocasionado pela alteração nas taxas que se procura verificar com o estudo. Em tempo, é necessário considerar, também, que existem diversos fatores que afetam o nível de inadimplência, sendo necessário um estudo mais profundo

para que seja comprovada a real aplicabilidade da teoria de assimetria de informações. Voltando a figura 21, é apresentada também a variação média dos bancos públicos nacionais. Como pode ser verificado houve uma redução no nível de inadimplência no segundo trimestre do ano, todavia no terceiro trimestre houve um crescimento significativo. Como explanado anteriormente, não há como considerar que a alteração na taxa de juros afetou a variação média dos bancos nacionais, pois os dados coletados foram muito próximos da data em que houve redução nas taxas de juros, além dos demais fatores divulgados nesse mesmo parágrafo.

Tendo em vista que o mercado passou a apresentar uma redução nas taxas de juros e spreads bancários de forma mais acentuada somente em abril desse ano, o estudo, a fim de verificar a projeção futura do índice de inadimplência, também aborda um terceiro elemento que é a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme descrito no decorrer do trabalho, Szuster (2007) afirma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma estimativa elaborada pela organização em questão que indica a despesa com os riscos de inadimplência de operações com vencimentos futuros. Dessa forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa aqui estudada seria uma projeção das instituições financeiras para os níveis de inadimplência esperados para o futuro tendo com base o mercado atual. A figura 22 a seguir ilustra os saldos estimados para a provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições inseridas no estudo.

Figura 22: Provisão para créditos de liquidação duvidosa média

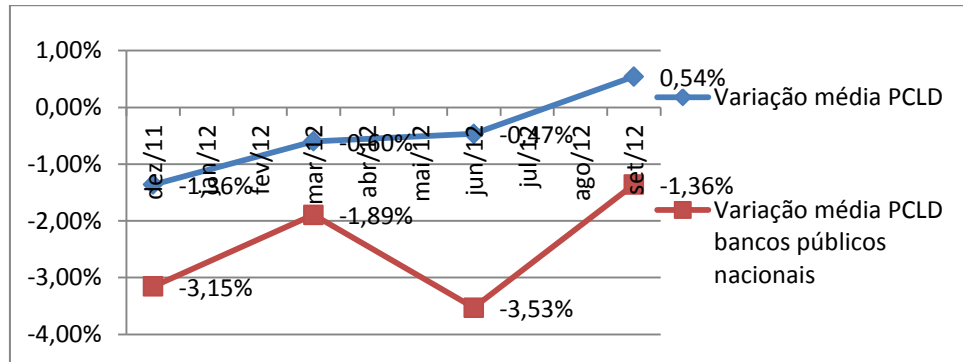


Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme verificado, o saldo médio para a provisão para créditos de liquidação duvidosa das seis instituições financeiras não corroboram com a teoria

até então apresentada. Até março do presente ano o saldo médio para o índice estava em processo de declínio. Após o lançamento dos pacotes de crédito que diminuíram as taxas de juros houve um decréscimo até junho de 2012 e então um acréscimo até o patamar de 5,90%. Essa situação também pode ser verificada na figura 23 a seguir que apresenta a variação média para o índice no período.

Figura 23: Variação média da provisão para créditos de liquidação duvidosa



Fonte: Elaborada pelo autor

Como pode ser verificado, a variação média para a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa vem apresentando um crescimento com o decorrer dos meses, sendo que neste último trimestre a curva de variação média apresentou um inclinação positiva mais acentuada em relação aos meses anteriores.

Conforme abordado no decorrer do estudo, segundo a teoria de assimetria de informação, a tendência era que com a queda nas taxas de juros das operações de crédito o nível de inadimplência das instituições financeiras também caísse, caso os demais componentes permaneçam constante. A provisão para crédito de liquidação duvidosa indica o esperado em relação ao nível de inadimplência no futuro. De acordo com os dados apresentados a taxa de inadimplência tende a subir ou ao menos os bancos estudados estão prevendo que isso aconteça. Essa informação vai de encontro ao que até então foi abordado no estudo. Entretanto, conforme divulgado no relatório de estabilidade financeira (2012) do Banco Central, os bancos públicos nacionais foram os pioneiros na redução das taxas de juros apresentando o maior índice de redução desde abril do presente ano. Desta forma, como pode ser verificado na figura 22 há um decréscimo sequencial na média da provisão para créditos de liquidação duvidosa dos bancos públicos nacionais e que se manteve com a redução das taxas de juros deste ano. Essa manutenção da

queda na estimativa do índice enquanto a média geral das instituições estudadas apresenta um acríve pode significar um indício de que a teoria estudada apresenta aplicabilidade no mercado de crédito brasileiro. Todavia ao verificar a variação média ponderada ocorrida entre os dois bancos há um aumento no último trimestre estudado em relação aos meses anteriores, no entanto esse índice ainda apresenta um valor negativo, representando que houve um decréscimo no valor estimado para provisão de créditos de liquidação duvidosa no período.

Para a análise foram apresentados dados que representaram o valor médio em relação às seis instituições financeiras estudadas e o valor médio das duas instituições financeiras públicas nacionais de forma destacada. Conforme abordado anteriormente, existem diversos fatores que afetam o nível de inadimplência e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, desse modo, não é possível auferir somente com estes dados coletados a precisão do efeito na inadimplência quando ocorre a variação na taxa de juros, sendo necessário um estudo mais abrangente acerca do tema. O destaque proposto aos bancos públicos nacionais foi dado procurando amenizar as influências externas exercidas sobre a inadimplência das instituições financeiras. Essa afirmação pode ser explicada pelo fato de que as variações ocorridas no mercado afetam todas as instituições de crédito de uma maneira geral, ou seja, se houve variação na renda, essa variação pode ser verificada nos clientes de ambos os bancos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil se destacaram no processo de reavaliação das taxas de juros, apresentando maior redução e sendo as primeiras instituições a aplicar tal medida, conforme o Banco Central (2012), a média auferida nos bancos públicos nacionais pode ter maior relevância para o estudo em questão. Cabe ressaltar que apesar do exemplo citado além dos fatores comuns a todos os bancos que afetam o nível de inadimplência, há outros fatores que devem ser levados em consideração, como por exemplo, a capacidade de cobrança da instituição financeira que varia de banco para banco.

7. CONCLUSÃO

Ao longo do estudo foram abordados alguns conceitos importantes acerca do mercado de crédito. O foco principal foi verificar a alteração no nível de inadimplência das instituições financeiras quando ocorre uma variação na taxa de juros das operações de crédito. Em um primeiro momento havia três hipóteses que poderiam responder a questão escolhida como tema do estudo. Segundo os autores que defendem a teoria de informações assimétricas, principal fonte teórica acerca do tema proposto, existe uma ligação direta entre a taxa de juros e o nível de inadimplência. Com taxas de juros elevadas, somente tomadores com projetos com alta rentabilidade tendem a demandar operações de crédito, visto que o seu retorno é maior do que o custo do crédito, a taxa de juros. Projetos com maior rentabilidade tendem a apresentar maior risco de fracasso. Logo, com taxas de juros elevadas a tendência é que a grande maioria dos tomadores que demandam empréstimos tenham projetos com alto risco de inadimplência. Por outro lado, com a redução nas taxas de juros a tendência é que tomadores com projetos de menor risco também demandem operações de crédito. Da mesma forma, tomadores que tem a opção de escolher entre projetos com menor risco podem o fazer ao invés de escolher o projeto de maior risco devido ao fato de que não é necessário uma rentabilidade muito alta para superar a taxa de juros cobrada. Se a carteira de crédito de uma instituição financeira apresentar um crescimento com projetos de menor risco, a tendência é que o nível de inadimplência apresente um declive. Nessas circunstâncias podemos concluir que quanto maior a taxa de juros, maior o nível de inadimplência, ao passo que quanto menor a taxa de juros, menor o nível de inadimplência, situação apresentada pela hipótese de número um. Entretanto, essa situação só é possível mensurar com exatidão se os demais elementos que afetam a inadimplência se mantiverem constantes durante o período avaliado.

No estudo de caso apresentado, foram coletados os dados de seis instituições bancárias de grande representação no estado do Rio Grande do Sul. Os dados analisados faziam referência ao saldo da carteira de crédito, a taxa de inadimplência e a provisão de créditos de liquidação duvidosa, três elementos fundamentais para que pudesse ser analisada a teoria apresentada. Na análise

efetuada se verifica que a partir do momento em que os bancos públicos nacionais tomaram a iniciativa de reduzir as taxas de juros das principais linhas do mercado de crédito houveram algumas alterações nesses elementos. O saldo das operações de crédito que vinha de um processo de desaceleração apresentou um crescimento notável no segundo trimestre do ano, diminuindo um pouco o ritmo de crescimento no terceiro trimestre. O nível de inadimplência, que vinha de uma variação positiva no primeiro trimestre, apresentou um decréscimo no segundo e no terceiro trimestre. Apesar da questão da inadimplência auferida ser em sua grande maioria de operações de crédito de períodos anteriores a mudança no cenário econômico, esses dois fatores, até então, corroboraram com o que foi apresentado ao longo do estudo. Entretanto, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, que apresenta a previsão de inadimplência futura elaborada pelos bancos com base nas informações atuais de mercado apresentou uma curvatura diferente da esperada. No penúltimo trimestre a redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorreu de forma contida e no último trimestre há uma elevação na estimativa da provisão, contradizendo o que foi proposto pela teoria de informações assimétricas. Todavia, conforme exposto anteriormente, existem outros fatores que afetam a taxa de inadimplência e a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esses fatores, durante o período estudado, não permaneceram constantes, de modo que não se pode considerar que somente a alteração na taxa de juros teve influência sobre os dados auferidos. No decorrer da pesquisa, diversas fontes apontaram o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como os bancos que concentraram a maior redução nas taxas de juros aplicadas, além de serem os primeiros a promover tal redução. Ao analisar a provisão para créditos de liquidação duvidosa desses dois bancos, percebe-se que há um decréscimo sequencial, contrariando a média encontrada quando somados aos outros bancos. Esses dados apresentados pelos bancos públicos da União podem comprovar o que estava sendo buscado na pesquisa do índice, que é se a variação na taxa de juros influencia diretamente a taxa de inadimplência.

De um modo geral o presente estudo contribuiu para corroborar a ideia central da teoria de assimetria de informações apresentando dados concretos de empresas atuantes no mercado financeiro. Entretanto, como não se pode avaliar isoladamente cada variável que afeta o índice de inadimplência, não há a possibilidade de afirmar que a variação na taxa de juros afeta diretamente o nível de inadimplência. Entende-

se que para que sejam tomadas decisões conclusivas a respeito do tema é necessário um estudo mais aprofundado com uma análise completa e detalhada de todos os fatores que influenciam a taxa de inadimplência. Todavia, no presente estudo há indícios de que essa afirmação seja verdadeira, corroborando com a hipótese de número um, visto os dados apresentados ao longo do mesmo a respeito das instituições financeiras e os dados apresentados acerca dos bancos públicos nacionais. Cabe ressaltar que essa diferenciação se dá como forma de amenizar os fatores externos que afetam o nível de inadimplência, tendo em vista que os bancos públicos nacionais foram os pioneiros no processo de redução das taxas de juros destacada no decorrer do estudo.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. São Paulo : Atlas, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. São Paulo: Atlas, 9. ed, 2009.

—. BANCO CENTRAL. *Juros e Spread bancário*. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br/?SPREAD>> acesso em: 28/06/2012

—. BANCO CENTRAL. *Juros e Spread bancário*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%201-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf>> acesso em: 28/06/2012

—. BANCO CENTRAL. *Relatório de estabilidade financeira*. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201209>> acesso em 10/11/2012

—. BANCO DO BRASIL. *Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb>> acesso em: 10/11/2012

—. BANRISUL. *Demonstrações Financeiras*. Disponível em: <http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=FD59EDE C-4C37-40BD-92D0-3ADAF5265751> acesso em 10/11/2012

—. BRADESCO. *Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias*. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br/>> acesso em: 10/11/2012

BRAGA, Márcio Bobik, TONETO JR, Rudinei. *Microcrédito: aspectos teóricos e experiências*. Porto Alegre, 2000.

—. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Press release 3T12*. Disponível em <http://www14.caixa.gov.br/portal/public/acaixa/home/informacoes_financeiras/balancos_demonstrativos/demonstrativos-financeiros> acesso em 10/11/2012

CESAR, A. M. R. V. C.. *Método do Estudo de Caso (Case studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em*

Administração. REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo - Brasil, v. 1, n. 1, 2005.

COMPTON, Eric N. *Princípios das atividades Bancárias*. São Paulo: IBCB,1990. 467 p.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro : produtos e serviços*. 18. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Qualitymark, 2010.

FRASCAROLI, Bruno Ferreira, PAES, Nelson Leitão, RAMOS, Francisco de Souza. *A indústria brasileira e o racionamento de crédito: uma análise do comportamento dos bancos sob informações assimétricas*. Brasília, 2010.

GUERRINI, F.M. *Planejar e Redigir Textos Científicos em Engenharia da Produção*. São Carlos: EESC-USP Publicações,2002.

HILLBRECHT, Ronald Otto. *Economia monetária*. São Paulo : Atlas, 1999.

KIRCH, Guilherme. *Restrições ao crédito, decisões de investimento e demanda por liquidez: propostas para futuros estudos no Brasil*. Porto Alegre, 2009.

MIRON, Paulo Sérgio. *Análise gerencial da operação e demonstrações contábeis completas*. Disponível em <<http://ww13.itau.com.br/portali/index.aspx?idioma=port>> acesso em 10/11/2012.

MISHIKIN, Frederic S. *Moeda, bancos e mercados financeiros*. Rio de Janeiro : LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2000

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro Oliveira. *Contabilidade de instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOZEVE, Clóvis Luís. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. São Paulo: Atlas, 7. Ed, 2009.

ROSS, Stephen A. *Princípios de administração financeira*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

—. SANTANDER. *Informe de resultados em br gaap terceiro trimestre de 2012 – 3T12*. Disponível em <http://www.ri.santander.com.br/listresultados.aspx?idCanal=bRc1sVDk55/7BwESoTZ1sg==> . Acesso em 10/11/2012.

SAUNDERS, Anthony. *Administração de instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

—. SARDENBERG, Rubens. *Spread bancário no Brasil: maio 2012*, disponível em: <http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/20100122_SPREAD%20PADRAO_final_mai12_2.pdf> acesso em 28/06/2012

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. *Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos*. São Paulo: Atlas, 1997.

SECURATO, Jose Roberto. *Mercado financeiro : conceitos, cálculo e análise de investimento*. São Paulo : Saint Paul, 2007.

SZUSTER, Natan et al. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas, 2007.

—. TROSTER, Roberto Luis. *Spread Bancário do Brasil*. 2005. Disponível em: <<http://www.febraban.com.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>> acesso em 01/07/2012